

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ZENAIDE BATISTA LUSTOSA NETA

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O PROGRAMA LUZ PARA TODOS: um estudo
da comunidade Nazaré, em novo Santo Antônio (PI), 2003 a 2010

SÃO PAULO

2018

Zenaide Batista Lustosa Neta

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O
PROGRAMA LUZ PARA TODOS: um estudo da
comunidade Nazaré, em novo Santo Antônio (PI),
2003 a 2010

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Clarissa Goulart Paradis

São Paulo

2018

Ficha Catalográfica

LUSTOSA NETA, Zenaide Batista

A divisão sexual do trabalho e o Programa Luz para Todos: um estudo da comunidade Nazaré, em Novo Santo Antônio (PI) no período de 2003 a 2010 Zenaide Batista Lustosa Neta. São Paulo: FLACSO/FPA, 2018.

59 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2018.

Zenaide Batista Lustosa Neta

A DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO E O PROGRAMA LUZ
PARA TODOS: um estudo da
comunidade Nazaré, em novo Santo
Antônio (PI), 2003 a 2010

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas, Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Aprovada em

Profa. Dra. Clarissa Goulart Paradis
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Maria Lúcia da Silveira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Maria do Carmo Godinho Delgado
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

AGRADECIMENTOS

À orientadora, professora doutora Clarissa Goulart Paradis, pela orientação cuidadosa, que muito contribuiu na construção dessa dissertação.

Aos professores e professoras do mestrado Estado, Governo e Políticas Públicas, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo.

Aos colegas do curso, pelos momentos que passamos juntas e juntos, dividindo as inquietações e dando força para que pudéssemos seguir em frente.

À senadora Regina Sousa, grande companheira de todas os momentos que nos incentivou e nos deu todo o apoio para que pudéssemos chegar até aqui.

À professora doutora, Maria do Socorro Pereira da Silva (Socorrinha), companheira amiga, pela contribuição permanente e sugestões que enriqueceram bastante esse trabalho.

À Eliane Ferreira, pela parceria permanente, a mãe presente do Zeus, na nossa ausência.

Ao meu filho Pedro Zeus, que soube compreender as ausências e pelo carinho e incentivo.

Não poderia deixar de agradecer a todas as entrevistadas que abriram suas casas e nos receberam como se fôssemos velhas conhecidas, com muito carinho, e pelo cafezinho sempre disponível.

RESUMO

A presente pesquisa tem caráter qualitativo e objetivo de analisar as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho das famílias beneficiadas pelo Programa Luz para Todos, na Comunidade Nazaré, em Novo Santo Antônio (PI), de 2003 a 2010. Partiu de um levantamento bibliográfico sobre Políticas Públicas, Relações de Gênero, Divisão Sexual do Trabalho em artigos, teses e dissertações, bem como estudos sobre a implantação do Programa Luz para Todos, cotejando a produção acadêmica com um levantamento documental, sobre as Políticas Públicas afetas às relações de Gênero e ao Programa Luz para Todos, observando como as questões de gênero e o enfrentamento das desigualdades e divisão sexual do trabalho estavam tratada nessas políticas. A parte empírica da pesquisa se deu por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres da comunidade Nazaré, com vistas a identificação dos limites e avanços no enfrentamento das relações de gênero, especialmente quanto à divisão sexual do trabalho, com a chegada da energia elétrica na comunidade. Os principais achados dessa pesquisa apontam para o reconhecimento das melhorias nas condições de vida da população rural com a chegada da energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos, contudo, ainda persistem as condições de desigualdades de gênero, ainda com reforço a uma divisão sexual do trabalho, mantendo no geral a invisibilidade das mulheres e a redução das dimensões reprodutivas e cuidadoras das mulheres e a dimensão produtiva para os homens.

Palavras-Chaves: Divisão Sexual do trabalho; Política Pública; Energia Elétrica.

ABSTRACT

This qualitative research aims to analyze gender relations and the sexual division of labor of the families benefited by the Programa Luz para Todos in the Nazaré Community, in Novo Santo Antonio (PI), 2003/2010. It started with a bibliographical survey on Public Policies, Gender Relations, and the Sexual Division of Labor in articles, theses and dissertations, as well as studies on the implementation of the Light for All Program. Comparing academic production with a documentary survey on the Public Policies affecting gender relations and the Programa Luz para Todos, noting how gender issues and coping with inequalities and the sexual division of labor were addressed in these policies. The empirical part of the research was conducted through semi-structured interviews with five women from the Nazaré community, with a view to identifying the limits and advances in the confrontation of gender relations, especially with regard to the sexual division of labor, with the arrival of electric energy in the community. The main findings of this research point to the recognition of the improvements in the living conditions of the rural population with the arrival of electric energy through the Programa Luz para Todos, however, the conditions of gender inequalities persist, yet reinforced to a sexual division of work, keeping women invisible in general and reducing the reproductive and caring dimensions of women and the productive dimension for men.

Keywords: Sexual division of labor; Public policy; Electricity.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Índice de Eletrificação por Região (2000/2010)

Figura 2 - Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social (2000/2010)

Figura 3 - Estrutura de Implementação do Programa

Figura 4 - Formação Familiar dos Beneficiários do PLT

Figura 5 - Renda Familiar Média Mensal dos Beneficiários Do PLT

Figura 6 - Aquisição de Bens por Beneficiários do PLT

Figura 7 - Atividades que as Mulheres após o Acesso à Energia Elétrica.

Quadro 1 - Perfil das Entrevistadas

Quadro 2 - Identificação das Entrevistas (Comunidade Nazaré, Novo Santo Antonio (PI))

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético

CEDI – Programa Comunidade Solidária

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CEPISA – Companhia Energética do Piauí

CF – Constituição Federal

CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

EKETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A.

FUER – Fundo de Eletrificação Rural

FURNAS – Furnas Centrais Elétricas S.A.

GEER – Grupo Executivo Rural

GVEP – Aliança Global para a Universalização de Energia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada

MME – Ministério de Minas e Energia

ODS – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PI – Piauí

PIB – Produto Interno Bruto

PLT – Programa Luz para Todos

PNER – Plano Nacional de Eletrificação Rural

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia

PRODEEM – Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios

PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

RGR – Reserva Global de Reversão

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

UBP – Uso de Bem Público

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1. POLÍTICAS PÚBLICAS, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.	14
1.1 O percurso das políticas públicas brasileiras de gênero	14
1.2 A luta das mulheres, direitos e divisão sexual do trabalho.....	21
1.3 Divisão sexual do trabalho, cuidado e a realidade das mulheres.....	24
CAPÍTULO 2. PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ENERGIA ELÉTRICA: PROGRAMA LUZ PARA TODOS	27
2.1 História da eletrificação rural no Brasil.....	27
2.2 Energia elétrica: política pública de desenvolvimento e inclusão social.....	31
2.3 O Programa Luz para Todos: estrutura e funcionamento.....	35
2.4 Programa Luz para Todos: a Realidade de Novo Santo Antônio.....	40
CAPÍTULO 3. O PROGRAMA LUZ PARA TODOS E O TRABALHO DAS MULHERES NA COMUNIDADE NAZARÉ.....	43
3.1 Considerações metodológicas da pesquisa de campo.....	43
3.2 A energia elétrica e a realidade das mulheres da comunidade Nazaré	45
3.3 A energia elétrica e a divisão sexual do trabalho	49
3.4 Avanços e limites da política pública	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
ANEXOS.....	57

INTRODUÇÃO

O papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas é determinante para transformar as relações no mundo do trabalho. Não existe neutralidade em suas ações, portanto, há necessidade de orientar políticas de inclusão social que possam contribuir para acabar as desigualdades entre homens e mulheres. O Estado tem a responsabilidade de elaborar políticas que possam contribuir na transformação das relações de trabalho, reconhecendo as desigualdades de gênero na sociedade e construindo uma agenda de enfrentamento a elas.

Como afirma Prince (2008), as políticas públicas são produtos do sistema político e principalmente do Estado, que deve dar formalidade e legitimação a elas, ou seja, o Estado tem papel predominante, é formado por autoridades públicas, que garantem a legitimidade para as políticas.

Nesse sentido, a construção de políticas públicas que transformam as desigualdades de gênero permite ampliar os espaços para que as mulheres contribuam para além da esfera privada, contrapondo-se às formas de exploração e dominação recorrentes do sistema capitalista, que reforçam a divisão sexual do trabalho, em uma perspectiva de inferiorização das mulheres e seus direitos.

A partir dessa noção de políticas públicas, o presente trabalho busca analisar a situação das mulheres contempladas pelo Programa Luz para Todos (PLT), a partir de 2003, pelo governo federal, que visa à inclusão social e enfrentamento à pobreza, objetivos necessários para a transformar as relações de trabalho e de gênero.

Nesse aspecto, o trabalho dissertativo focou nas relações de gênero e na divisão sexual do trabalho das famílias beneficiadas pelo processo de implantação do Programa Luz para Todos na Comunidade Nazaré, em Novo Santo Antônio (PI). Partiu-se do seguinte questionamento: Como o Programa Luz para Todos tem contribuído para emancipação das mulheres, quanto aos avanços na alteração da divisão sexual do trabalho e na presença das mulheres no mercado de trabalho formal? Ou seja, quais os impactos da implantação do

Programa Luz para Todos na inserção das mulheres no mercado de trabalho, e na divisão do trabalho reprodutivo no âmbito da família?

A comunidade Nazaré, pertencente ao município de Novo Santo Antônio (PI), foi escolhida para o trabalho de campo da pesquisa por ter sido uma das primeiras a ser contemplada pelo Programa Luz para Todos. A escolha do Ministério de Minas e Energia (MME) em implantar o primeiro projeto de eletrificação na Comunidade foi motivada pelo alto índice de exclusão elétrica, pois, de acordo com os dados do (IBGE), apenas 8% da população do município tinha acesso à energia elétrica. Foi considerado ainda o fato de que 90% da população possuía baixa renda e estava concentrada na zona rural, com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do país (IBGE, 2000).

A realização da Pesquisa Quantitativa Domiciliar de Avaliação da Satisfação e de Impacto do PLT, em 2013, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com 3.892 beneficiários, nos 26 estados federativos, nas comunidades que tiveram acesso à energia elétrica, demonstra o perfil das famílias atendidas, da melhora na qualidade de vida e uma demanda positiva na aquisição de eletrodomésticos. De acordo com o MME, evidencia-se que as mulheres passaram a ter mais acesso a bens, como eletrodomésticos e equipamentos elétricos, proporcionando mais tempo a outras tarefas, permitindo que cuidassem melhor de si, além de cuidar da casa (MME, 2013).

A pesquisa realizada pelo MME não faz referências à divisão sexual do trabalho, ou seja, não qualifica a situação das mulheres quanto às relações de trabalho e gênero, daí a importância de se pesquisar e conhecer os impactos do PLT sobre o trabalho das mulheres beneficiadas, com um olhar mais crítico. O que motivou a realização desse estudo foi entender como as mulheres se inseriram no mercado nesse contexto das políticas públicas de inclusão social e qual a sua participação em frente aos desafios de construção de seu papel social e econômico e no enfrentamento da divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho, segundo a definição de Hirata (2007), é considerada como estruturante das relações de gênero e um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos, caracterizando-se pela predominância dos homens na esfera produtiva ou em funções com maior valor adicionado e as mulheres na esfera reprodutiva.

Esta pesquisa pretende analisar, portanto, de que forma a implantação do Luz para Todos, na comunidade Nazaré, em Novo Santo Antônio (PI), influenciou o trabalho das mulheres que tiveram acesso à energia elétrica, levando em conta sobretudo, a divisão sexual do trabalho, delimitando-se como marco temporal, o período de 2003 a 2010, que corresponde aos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A chegada da energia a uma determinada comunidade impulsiona o desenvolvimento, modifica culturas e possibilita novos valores, podendo alterar desde as relações do cotidiano às do trabalho doméstico, bem como influir na demanda do mercado de trabalho.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado ao aporte teórico da pesquisa, fazendo o percurso das políticas públicas, interagindo numa perspectiva de gênero e abordando a divisão sexual do trabalho, com vistas a dar suporte para análise do PLT e o modo como ele contribui para enfrentar as desigualdades sociais, dentre elas, a de gênero. No segundo será analisado o Programa Luz para Todos, sua estrutura e funcionamento, além de fazer um resgate da história da eletrificação rural no Brasil. No terceiro capítulo será demonstrado o percurso metodológico da pesquisa de campo, os resultados e a análise dentro do contexto da realidade das cinco mulheres que participaram das entrevistas semiestruturadas, no período de 26/10/17 a 24/2/18, pontuando os avanços e os limites da política pública e sua incidência na divisão sexual do trabalho.

CAPÍTULO 1 POLÍTICAS PÚBLICAS, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Esse capítulo apresenta o percurso das políticas públicas brasileiras, com vistas a fornecer subsídios que permitam entender o Programa Luz para Todos como política estruturante, que possibilita às mulheres o enfrentamento às desigualdades sociais, por meio do acesso à luz elétrica.

1.1 O percurso das políticas públicas brasileiras de gênero

As políticas de igualdade se desenvolveram principalmente a partir do Estado de Bem-estar Social, em que houve um avanço significativo, visto que, as políticas públicas anteriores não levavam em consideração a questão de gênero, ou seja, eram políticas cegas ou neutras ao gênero (Prince, 2008). As políticas de gênero buscam a igualdade e impactam a eliminação da discriminação, ou seja, a perspectiva de gênero, nas políticas públicas possibilita mudanças na estrutura que institucionalizam a desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho.

As convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de nº 100 e nº 111, na qual o Brasil é signatário, influenciam o marco regulatório das políticas para a igualdade de oportunidades e no mundo do trabalho, e representam:

[...] o final da primeira fase da normativa da OIT em relação aos direitos da mulher, quando a ênfase estava posta na sua proteção (tanto em termos da sua função reprodutiva quanto da sua saúde e integridade frente a condições perigosas ou demasiadamente penosas de trabalho) e o início da segunda fase, na qual a ênfase passa a ser posta no combate à discriminação e na promoção da igualdade de oportunidades em relação aos homens (ABRAMO, 2007, p. 66).

No Brasil, a discussão das políticas públicas numa perspectiva de gênero, ganhou maior visibilidade, na última década, a partir da eleição do presidente Lula, em 2002, e posteriormente com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, quando o governo federal procurou incentivar a inclusão das mulheres nos programas governamentais, as mais atingidas pelas desigualdades econômicas e sociais.

Após a invisibilidade do tema gênero nas políticas públicas, mesmo reconhecendo ainda a não superação de limites históricos, é importante ressaltar que o tema foi colocado na agenda, na formulação e na implementação das políticas, a partir da concepção de transversalidade, numa sinergia e compartilhamento de práticas e princípios da administração pública, que revelaram mudanças na cultura organizacional. De acordo com Bandeira (2004):

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres (BANDEIRA, 2004, p. 6).

A autora considera ainda que, “as políticas públicas, no Brasil, no geral, quando são feitas e dirigidas às mulheres não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero” (Bandeira, 2004, p. 8), ou seja, as políticas públicas de gênero incidem na natureza dos conflitos e das negociações nas relações entre homens e mulheres, enquanto as políticas públicas para as mulheres, reproduzem as diferenças entre homens e mulheres, reforçando o papel tradicional delas.

A inclusão da transversalidade na perspectiva de gênero nas políticas públicas fortalece a promoção da equidade de gênero e precisa interagir nas várias esferas de governo, como a transversalidade de gênero em programas estruturantes do governo federal, apesar de ser uma realidade recente na história das políticas públicas, articula-se com outras políticas sociais que podem alterar as relações hierárquicas e de poder desigual entre homens e mulheres.

No presente trabalho é adotado o conceito de políticas públicas como uma ação do Estado, orientada por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses, enquanto, programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra em uma política pública (SALLISBURY, 1995).

Nesse sentido, entender o percurso das políticas públicas, torna-se necessário para compreender como se desenvolveu o Estado brasileiro nas últimas décadas, como se deram os avanços no mundo do trabalho para as mulheres, e a forma como se articulam as políticas com foco na dimensão de gênero.

O Estado brasileiro dos anos 1920 aos anos 1980 se caracterizava por “seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário” (BACELAR, 2003, p. 2), ou seja, com foco no crescimento econômico e não na transformação das relações de desigualdade na sociedade:

O Estado desempenhava a função de promover a acumulação privada na esfera produtiva. O essencial das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização, o que era pretendido pelo Estado brasileiro, sem a transformação das relações de propriedade na sociedade brasileira (BACELAR, 2003, p. 1-2).

O Estado desenvolvimentista deu pouca ênfase ao bem-estar e não levou em consideração a diversidade do país, portanto, assume também seu caráter centralizador, que se alia historicamente ao autoritarismo, ou seja, “Esse perfil autoritário e conservador também se traduz na maneira como tradicionalmente são pensadas as políticas sociais” (BACELAR, 2003, p.2).

O perfil conservador da sociedade brasileira historicamente constituído, reforçado pelo autoritarismo, a exemplo da ditadura Vargas nos anos 1930 e 1940 e pela ditadura militar nos anos 1960 e 1970, reflete-se no papel do Estado e nas políticas desenvolvidas pelos governos.

No final dos anos 1970, com o aprofundamento da crise do nacional desenvolvimentista, os movimentos sociais contestam a ordem instituída no país e intensificam a luta, reivindicando mudanças e uma nova relação entre Estado e sociedade (FARAH, 2004). Destacam-se ainda nessa agenda de reivindicações, segundo a autora, a democratização dos processos decisórios e das políticas públicas e a inclusão de novos segmentos da população entre os beneficiários das políticas públicas, que impulsionaram a inclusão de gênero na agenda governamental.

É importante ressaltar que, com a luta do movimento de mulheres, colocaram-se na agenda, temas até então confinados à esfera privada, como direito à creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher e foram implantadas as primeiras políticas com recorte de gênero:

[...] criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, ambos no Estado de São Paulo. Essas instituições se disseminaram a seguir por todo o país. Ainda em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça. Foi também a mobilização de mulheres que levou à instituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). (FARAH, 2004. p. 51)

Nos anos de 1990, as políticas neoliberais se intensificam e com elas a mobilização social e dos movimentos de mulheres. Essas políticas trazem “um retrocesso na formulação das políticas públicas que tendiam a caminhar na direção da igualdade, pois esse percurso pressupõe distribuir renda e poder entre grupos” (SILVEIRA, 2004. p. 65).

A redução do papel do Estado implica a oferta de serviços, provoca o desmonte das políticas sociais e contribui para aumentar as desigualdades entre homens e mulheres. A soberania passa a ser uma ameaça ao neoliberalismo e o Estado torna-se refém do capital financeiro e, como consequência, cresce o endividamento e o déficit público, em que as prioridades são as contas da dívida externa e da dívida interna, reflexos da concepção neoliberal, que geram impactos nas políticas públicas, como o corte no social, aprofundando ainda mais as desigualdades.

O liberalismo tardio do governo Fernando Henrique Cardoso, foi marcado pela desregulamentação da economia, que intensificou o processo de globalização sob a hegemonia do capital financeiro internacional, marcando a abertura do mercado interno, que levou à flexibilização das relações de trabalho e o avanço na privatização das empresas públicas. Essa ofensiva neoliberal reflete o caráter universal das políticas públicas, considerando que se estabelecem prioridades nas ações, ou seja, há uma seletividade dessas políticas que passam a ser de caráter mais emergencial, devido à redução de investimentos.

O governo do presidente Lula, a partir de 2003, reagiu aos impactos das políticas neoliberais e avançou na formulação de políticas de inclusão social, como alternativa à redução das desigualdades historicamente construídas no Brasil. O enfrentamento ao processo de exclusão passou por mais investimentos em políticas sociais e na distribuição de renda, como o Bolsa Família, possibilitando que milhões de pessoas saíssem da linha de pobreza e tivessem mais dignidade e cidadania. Ainda que com muitos limites, ele buscou desafiar a visão mais ortodoxa da economia, pautando a igualdade e o desenvolvimento na agenda política.

O governo do presidente Lula sobressaiu à evolução da formação social brasileira, mesmo o país sofrendo os reflexos das tendências mundiais, ou seja, ele conseguiu combinar: “estabilidade monetária e retomada do desenvolvimento econômico e políticas de distribuição de renda, que assumiu centralidade nas políticas de governo” (SADER, 2013, p. 139). De acordo ainda com o autor, mesmo com as grandes recessões que abalaram o mundo e o Brasil, o governo Lula construiu uma hegemonia política que:

[...] deu prioridade às políticas sociais (enquanto o neoliberalismo impôs a ditadura da economia) e aos projetos de integração regional (enquanto o neoliberalismo privilegiou o livre-comércio e os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos) (SADER, 2013, p.139).

O governo do presidente Lula impulsionou o fortalecimento das políticas sociais dentro de um novo padrão de desenvolvimento socioeconômico que contribuíram para o reconhecimento da igualdade de gênero, que possibilitou a construção de políticas nas várias áreas de governo, como saúde, educação, violência contra as mulheres, autonomia econômica, contribuindo para diminuir as desigualdades de gênero. Quanto à formulação dessas políticas, a realização das conferências nacionais de políticas para as mulheres, um diálogo entre a sociedade civil e o governo federal, resultou nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), nos quais foi possível construir instrumentos que possibilitaram a inclusão das mulheres na agenda política e na gestão pública.

Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, contribuíram para a redução das assimetrias de gênero e para institucionalizar políticas para as mulheres no governo federal por meio de vários programas e ações desenvolvidas no país. Segundo Pinheiro e Ogando (2011):

Os Planos Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres representam um grande avanço para a luta dos movimentos feministas no Brasil. Pela primeira vez na história do país foram constituídas diretrizes básicas para a realização de uma Política Nacional para as Mulheres, que se tornariam instrumento de demanda e dos movimentos e organismos de mulheres e um esquema de atuação que pudesse nortear tanto os diversos órgãos do governo federal, quanto dos estados e municípios e garantir que políticas de interesse das mulheres fossem colocadas em prática (PINHEIRO e OGANDO, 2011, p. 12).

Outro aspecto importante a ser tratado é que a igualdade de gênero assume cada vez mais espaço nas discussões das políticas públicas e, para alterar essa realidade, o governo tem papel predominante nessa construção. No Brasil, como em outros países da América Latina, na última década, houve esforços para a inclusão de setores da sociedade, que historicamente não tiveram seus interesses representados, fortalecendo direitos que garantissem o exercício da cidadania. De acordo com a CEPAL, a cidadania pode ser pensada em um tripé formado por:

[...] direitos econômicos, sociais e culturais no âmbito das políticas e da política, afirmando que a igualdade de direitos “significa que a cidadania”, como valor irredutível, prescreve o pleno direito de cada um, pelo fato de ser parte da sociedade e independentemente de suas realizações individuais e recursos financeiros, e acessarem certos patamares de bem-estar social e reconhecimento. (CEPAL, 2010, p. 13).

Neste sentido, a cidadania pressupõe que homens e mulheres tenham acesso aos direitos sociais, econômicos e políticos, sem diferenças de gênero, ou seja, que tenham igualdade de direitos, que de acordo com Soares (2004):

[...] “uma dimensão que é fundamental na construção de políticas de igualdade é o enfrentamento da discriminação de gênero e raça, porque são duas formas estruturantes da discriminação, cruzam todas as relações em nossa sociedade” (SOARES, 2004, p. 123).

A luta do movimento de mulheres tem sido fundamental para desconstruir essa cultura de desigualdades entre homens e mulheres, na superação de condições sociais e na ampliação

dos espaços na sociedade que avançam na igualdade de gênero. A igualdade é a condição necessária para a cidadania, em que todos possam participar das decisões de forma democrática, e reivindicar um Estado que seja avalista dos direitos, da promoção, redistribuição e regulação das políticas (CEPAL, 2010).

Nesse sentido, é necessária uma agenda de desenvolvimento, compartilhada pelos diversos agentes da sociedade, que, no caso das mulheres, supõe sua incorporação ao mercado de trabalho em condições iguais às dos homens, bem como, o reconhecimento da titularidade de seus direitos como cidadãs, sua plena participação na tomada de decisões em todos os níveis da sociedade, o respeito à sua integridade física e o controle sobre seu próprio corpo (CEPAL, 2010).

Superar as desigualdades de gênero requer do Estado condições que pactuem a redistribuição do trabalho entre homens e mulheres, que superem e eliminem as diferenças salariais, a segmentação e a discriminação do mercado de trabalho. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho está na base social da opressão e da desigualdade.

Por divisão sexual do trabalho entende-se a forma de organização do trabalho em função das relações de gênero. E tem por característica primordial a separação entre esfera produtiva aos homens e a esfera reprodutiva às mulheres, mas não de forma complementar e sim em uma relação de poder.

A naturalização da desigualdade é uma das principais justificativas ideológicas para a divisão sexual do trabalho, que configura as construções sociais e as práticas de homens e mulheres, fazendo com que as condições de exploração em que vivem as mulheres sejam compreendidas como produto de um destino biológico (HIRATA, 2007).

Dessa forma, política pública de gênero requer do ponto de vista de um Estado democrático, que se admitam as desigualdades entre homens e mulheres e avancem na proposição de políticas que incorporem a dimensão gênero, determinante na construção da

igualdade, e assim, encare e transforme a divisão sexual do trabalho, como forma de compensar as dinâmicas excludentes.

1.2 A luta das mulheres, direitos e divisão sexual do trabalho

O patriarcado se perpetuou, historicamente, e com base nas diferenças sexuais entre homens e mulheres usadas de forma a criar e manter a subordinação feminina. As mulheres se encontram, portanto de um lado sob o jugo da dominação masculina e de outro, do sistema capitalista, que as submete a vários tipos de exploração. As violências sofridas pelas mulheres, reflexo da ideologia patriarcal, reforçam o sistema de opressão e a discriminação que dificulta a igualdade entre os sexos.

O patriarcado entendido como relação de poder, influencia as relações de gênero, tornando-as desiguais e hierárquicas, em todos os espaços sociais. Ele possui uma base material, que reforça a ideologia e a violência, que perpassa a sociedade e o Estado (SAFFIOTI, 2004).

O princípio que fundamenta a discriminação e a desigualdade de direitos na ideologia patriarcal, apesar dos avanços históricos do movimento feminista, ainda se mantém forte na sociedade, dificultando a igualdade de gênero, impulsionando a divisão sexual do trabalho.

Por divisão sexual do trabalho, entende-se a forma de organização do trabalho em função das relações de gênero. Importa o diálogo com Hirata (2007) que considera:

[...] que há dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho. Um deles é o a ideia que separa o que é trabalho de homens e de mulheres. Outro é o princípio da hierarquização que considera que o trabalho dos homens “vale” mais que o trabalho das mulheres, tendo por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. (HIRATA, 2007, p. 599)

Nessa dicotomia entre esfera produtiva e reprodutiva, consubstancia-se a divisão sexual do trabalho, reforçando o papel do homem como provedor e da mulher como cuidadora (será aprofundada mais adiante essa ideia a partir do conceito de cuidado). Outro aspecto a considerar é que mesmo a mulher avançando no trabalho produtivo, ainda continua sob sua responsabilidade a dimensão reprodutiva, como a educação dos filhos e o trabalho na casa.

A divisão sexual do trabalho pode ter duas interpretações distintas. Uma sociográfica, que analisa a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, as variações no tempo e no espaço dessa distribuição, e “analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos” (HIRATA; KERGOAT 2007, p. 596). Para mensurar a igualdade profissional de homens e mulheres, o termo divisão sexual do trabalho, “deveria permitir ir bem além da simples constatação de desigualdades” (p. 596), nesse sentido, chegam à segunda acepção:

1) mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e, 2) articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto, os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Entende-se que os termos gênero e relações sociais de sexo¹ indicam que as condições de vida de homens e mulheres são determinadas por construções sociais hierarquizadas, baseadas na naturalização de diferenças biológicas entre os sexos, em que o conceito de relações sociais de sexo pressupõe uma base material, do trabalho, e se exprime por meio das desigualdades da divisão sexual do trabalho (KERGOAT in HIRATA et al., 2009).

Hirata e Kergoat (1999) consideram as relações sociais de classe e sexo, bases estruturantes na sociedade, e que a construção do conceito de gênero, impulsionado pelo movimento de mulheres nos anos 1970, é um resgate histórico e cultural do chamado “sexo social” (gênero), em detrimento do “fatalismo e do naturalismo”, que colocavam a mulher num patamar de inferioridade, legitimando as questões biológicas (HIRATA; KERGOAT, 1999, p. 94).

O conceito de gênero surge também como forma de analisar as relações entre homens e mulheres, ou seja, a subordinação da mulher ao homem, constitui-se também como uma categoria relacional, que:

¹ Relações de sexo usado pelas autoras se refere ao que denominamos de relações de gênero.

Em suas funções mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribui a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. (PISCITELLI, 2009, p.119).

Por uma teoria de gênero entende-se um elemento das relações sociais baseadas nas diferenças entre o masculino e o feminino e constitui uma categoria analítica que amplia a visão da realidade, permitindo espaços para diferenças entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). Gênero é um indicador de construções culturais, em que os papéis a ser desempenhados por homens e mulheres são construídos socialmente, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado:

Gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de se distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. [...] o uso de gênero enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p.75-76).

Considera-se também que as relações de gênero são construções sociais, ou seja, não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro, mas a sua totalidade, em todos os sentidos, seja pelo intelecto, emoção, ou o caráter do “eu”, que entra em relação com o outro (SAFFIOTI, 1992).

Desta forma, compreende-se a importância de analisar gênero para além das questões culturais, com um olhar voltado para as contradições do capitalismo, entre o capital e o trabalho, para as relações de classe, raça, etnia e geracional, com foco nas desigualdades sociais. Entendendo ainda que as desigualdades sociais fortalecem as assimetrias de gênero, que interferem não somente no mercado de trabalho, mas também em outras esferas, como nas políticas públicas, o que demanda do poder público, ações que possam contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

1.3 Divisão sexual do trabalho, cuidado e a realidade das mulheres

Em relação ao trabalho de cuidado, que estabelece uma relação estreita com as desigualdades de gênero e se refere às atividades remuneradas ou não, ele se volta geralmente às necessidades das pessoas em condições de vulnerabilidade, ou seja, é uma relação de serviço, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem (KERGOAT, 2009).

O trabalho do cuidado durante muito tempo foi exercido por mulheres na esfera privada e geralmente de forma gratuita, sem reconhecimento ou valorização social, no entanto, com o processo de mercantilização, esses trabalhos começam a ter visibilidade, de acordo com Hirata (2014):

O desenvolvimento das profissões relacionadas ao cuidado, a mercantilização e a externalização desse trabalho foi consequência de um lado, do envelhecimento da população e, de outro lado, da inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho (HIRATA, 2015, p. 7).

No entanto, a mercantilização e a expansão do trabalho de cuidado ou *care*², que concentra na sua maioria mulheres, contribuem para fortalecer as desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho, em que as mulheres geralmente não têm opção de escolher, entendendo essas desvantagens femininas como uma relação consubstanciada, ou seja, não contemplam os aspectos da construção social do trabalho *care*, que se encontram no cruzamento das relações de classe, sexo e raça (KERGOAT, 2016).

O trabalho de cuidado e o doméstico avançam na agenda social e política, “sobretudo como um meio para combater as desigualdades de gênero no mercado de trabalho e nas relações familiares” (SORJ, 2008, p. 77), ou seja, se alteram e avançam na desconstrução tradicional da divisão sexual do trabalho

No Brasil, as mudanças das estruturas familiares são percebidas por dados do IBGE, entre 1995 e 2015, que demonstrou que a proporção de mulheres chefes de família aumentou

² Atividades relacionadas ao cuidado de crianças, idosos, deficientes físicos, doentes (HIRATA, 2014).

mais de 18% nas cidades e 10% no campo, ou seja, nas áreas urbanas, 43% dos lares tinham a mulher como referência, em 2015, enquanto no campo 25%, reconfigurando-se assim os tipos de arranjos familiares e criando um novo padrão de comportamento das famílias brasileiras (IBGE, 2015).

Os dados do IBGE (2015) indicam ainda que 90% das mulheres desenvolvem atividades domésticas, e que entre 1995 e 2015, pouco se alterou, considerando que passou de 94% para 91% respectivamente. Em relação aos homens, que realizam afazeres domésticos entre 1995 e 2015, passa de 46% para 53%. No entanto esse aumento não evidencia uma nova divisão das tarefas entre homens e mulheres (IBGE, 2015).

Ainda de acordo com o levantamento do IBGE (2015), as mulheres rurais, além de receberem menor remuneração pelo trabalho realizado, dedicam mais horas semanais à realização de afazeres domésticos (em torno de 26 horas), em comparação com as mulheres urbanas (20 horas). Os afazeres domésticos das mulheres rurais incluem frequentemente atividades produtivas, como cuidar da lavoura, do pomar, dos animais, entre outras atividades, e que a situação dos homens rurais apresentava índices praticamente iguais aos dos homens urbanos no que se referia ao tempo dedicado aos afazeres domésticos (cerca de 10 horas). Assim, tanto as mulheres rurais quanto as urbanas apresentam, na média, jornadas semanais mais longas que as dos homens, atingindo 55,9 horas semanais, respectivamente, contra 51,8 horas dos homens em média (IBGE, 2015).

Esses indicadores permitem verificar que as desigualdades entre homens e mulheres é resultante da divisão sexual do trabalho. As assimetrias entre homens e mulheres, e o trabalho realizado “gratuitamente” (doméstico) pelas mulheres e sua invisibilidade durante muito tempo não foi reconhecido, como o era o trabalho produtivo, voltado principalmente para os homens. Quando o trabalho doméstico passou a ser considerado como atividade trabalho, abriu-se espaço para discutir a divisão sexual do (HIRATA, 2007).

Esse capítulo buscou apresentar o percurso das políticas públicas brasileiras, qual o papel do Estado no seu desenvolvimento e como se articula a dimensão de gênero nessas políticas. Abordou também a divisão sexual do trabalho, o que permitirá uma reflexão sobre quanto a chegada do PLT na comunidade Nazaré possibilitou às mulheres algum avanço em relação ao enfrentamento a essa divisão sexual do trabalho, como foi descrita nesse capítulo.

CAPÍTULO 2 PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ENERGIA ELÉTRICA: PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Esse capítulo fará a narrativa histórica da energia elétrica no Brasil, com foco na sua eletrificação rural, seu percurso e marco legal, as contribuições que possibilitaram milhões de pessoas da área rural o acesso à energia elétrica, com a implantação do Programa Luz para Todos, um programa de desenvolvimento e inclusão social. Será apresentada ainda a realidade socioeconômica do município de Novo Santo Antônio, antes e depois da chegada do Programa Luz para Todos.

2.1 História da eletrificação rural no Brasil

As primeiras experiências de energia elétrica voltadas para o desenvolvimento do meio rural se deram no estado de São Paulo, na década de 1920, a partir do interesse dos cafeicultores, para o beneficiamento do café (IICA, 2011). Devido à solicitação dos consumidores rurais para o fornecimento de energia e considerando uma relação custo-benefício desfavorável para as empresas na eletrificação rural e conseqüentemente a elevação das tarifas, são eminentes os conflitos entre consumidores rurais e concessionárias, (OLIVEIRA, 2001), evidenciando, portanto:

O reduzido interesse das concessionárias em implementar a eletrificação de propriedades rurais. As distribuidoras de energia elétrica, que eram de propriedade privada, restringiam suas atividades a empreendimentos com alto retorno econômico, atendendo apenas os grandes centros urbanos (OLIVEIRA, 2001, p. 26).

Diante desse contexto, surgem na década de 1940, as primeiras cooperativas de eletrificação rural no Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul, com a participação financeira dos governos estadual e municipal, sendo a Cooperativa da Força e Luz (desativada), em Quatro Irmãos, no município de Erechim, fundada em 1941, composta por 18 agricultores, um dos exemplos de associativismo (CEPAL, 2003).

Nos anos de 1950 e 1960, com a mecanização ocorrida durante a Revolução Verde³, mesmo com as iniciativas dos governos estaduais para impulsionar a energia rural, persiste o déficit rural, devido aos altos custos operacionais e à insuficiência de recursos, provocado também pela contrapartida dos consumidores na execução do serviço de eletrificação (OLIVEIRA, 2001).

Nos anos 1970, a eletrificação rural ganha um novo impulso, com a implantação dos primeiros programas em nível nacional, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com a criação do Grupo Executivo de Eletrificação Rural (GEER) e do Fundo de Eletrificação Rural (FUER)⁴, foi instituído o I Plano Nacional de Eletrificação Rural (I PNER), com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da União e das cooperativas de eletrificação rural (CEPAL, 2003).

O surgimento de grande parte das cooperativas de eletrificação rural se deu a partir da criação da GEER, principalmente na região Sul, devido à grande concentração fundiária. Na região Nordeste, devido à estrutura minifundiária e familiar, o sistema cooperativista não se desenvolveu de forma autônoma, diferenciando-se das cooperativas do sul do país (PEREIRA, 1998).

A década de 1980 foi marcada por uma profunda crise econômica, que impactou desde a taxa de crescimento do PIB à aceleração da inflação e à produção industrial; dentre outros indicadores, o setor elétrico foi bastante afetado, já que houve uma desaceleração dos investimentos, que impactaram também o ritmo de crescimento da eletrificação rural, reduzindo a execução de alguns programas de eletrificação, conduzidos pelas concessionárias, com recursos dos governos estaduais (OLIVEIRA, 2001).

³ Programa de inovações tecnológicas no setor da agricultura, que objetiva aumentar a produtividade por meio de modificação em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo.

⁴ Criado por meio do Decreto 67.052, de 13 de agosto, de 1970.

O processo de reestruturação do setor elétrico iniciado nos anos 1980 e que prossegue na década de 1990, com a política neoliberal implementada pelo governo brasileiro, estabelece normas e procedimentos para outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviço público, momento em que as empresas públicas em todas as regiões do país foram privatizadas, culminando na desverticalização das empresas do setor elétrico (OLIVEIRA, 2001). A reforma do setor elétrico, nos anos 1990, que impulsionou as privatizações das distribuidoras de energia, reacendeu a preocupação com a universalização da energia, já que as concessionárias estaduais⁵ eram responsáveis pela execução da eletrificação rural.

Devido à ausência de um marco regulatório do setor elétrico e de uma política nacional de eletrificação rural, as concessionárias, ora privatizadas, priorizavam a eletrificação urbana, considerando que era mais lucrativo e, somente com a criação do Comitê de Prioridades de Eletrificação Rural, de responsabilidade da Eletrobrás, alocaram recursos da Reserva Global de Reversão (RGR)⁶, que possibilitaram o financiamento dos programas de eletrificação rural, como o “Luz no Campo”⁷ (CEPAL, 2003).

Em dezembro de 1999, foi instituído por decreto, o Programa Nacional de Eletrificação Rural “Luz no Campo”, com o objetivo de promover a melhoria das condições socioeconômicas das áreas rurais, com atenção diferenciada às regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, em razão de seu baixo índice de eletrificação rural. Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), por intermédio da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), previa no seu artigo 3º, que os recursos orçamentários seriam oriundos da Reserva Global de Reversão (RGR)

⁵ A maioria das concessionárias estaduais foram federalizadas e logo depois privatizadas pelo Governo Federal.

⁶ A RGR, foi criada pelo Decreto 41.019/1957 e tem por finalidade prover recursos para a expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para o desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate, ao desperdício e ao uso eficiente de energia elétrica.

⁷ Instituído pelo Decreto de 02 de dezembro de 1999, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, era coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pelas Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS).

e do Uso de Bem Público (UBP)⁸. A implantação do Programa Luz no Campo, se deu de forma articulada a outros programas e ações do governo da época, especialmente com o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM)⁹, do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL)¹⁰ e do Programa Comunidade Solidária (CEDI)¹¹ (ELETROBRÁS, 1999).

De acordo com a Portaria nº 5, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE)¹², os consumidores teriam que participar financeiramente dos investimentos executados pela concessionária o Programa “Luz no Campo”, ou seja, o consumidor do serviço público de energia elétrica, para obtê-la teria uma cobrança compulsória, referente à expansão da rede, que dificultava a universalização no acesso à energia (CORREIA et al., 2002).

À medida que houve repasse direto dos custos ao consumidor, houve também constatação de que grande parte dos que poderiam ser beneficiados pelo programa acabaram ficando de fora por não ter condições de arcar com os custos do empréstimo. De acordo com Viana:

O Luz no Campo mitigou a situação de falta de acesso ao serviço de energia elétrica; contudo a falta de um gestor e um comando legal capaz de definir e estabelecer as responsabilidades de metas de universalização, além da escassez de recursos necessários para a expansão da distribuição e a participação financeira do consumidor

⁸ Criado nos termos das leis 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.648, de 27 de maio de 1998.

⁹ Instituído pelo Decreto Presidencial de 27 de dezembro de 1994, sob coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), com o objetivo de atender às comunidades carentes isoladas, não supridas de energia elétrica pela rede convencional, utilizando fontes renováveis, locais e autossustentáveis, de modo a promover o desenvolvimento social e econômico.

¹⁰ Foi instituído em 1985, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com o objetivo de incentivar o uso racional de energia elétrica, estimular a fabricação e a comercialização de produtos mais eficientes, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e a preservação do meio ambiente.

¹¹ Criado no Governo Fernando Henrique Cardoso com a finalidade de mobilizar a sociedade civil, as entidades governamentais e não-governamentais, e a integração entre os níveis federal, estadual e municipal, visando a ações conjuntas no ataque aos problemas da fome e da pobreza.

¹² O DNAEE, instituído Lei nº 4.904, de 17 de dezembro de 1965, hoje extinto, teve várias de suas atribuições repassadas à ANEEL.

em parcela do investimento, impediram a plena universalização dos serviços de energia (VIANA, 2008, p. 14).

O racionamento do energia ocorrido, em 2001, que implica a perda de receita das concessionárias e os altos custos operacionais e baixo retorno financeiro foi um dos principais motivos da não universalização dos serviços de energia, ou seja, o “Luz no Campo” não conseguiu cumprir a meta estabelecida de universalizar o acesso à energia nas propriedades e domicílios rurais, que seria de eletrificar um milhão de propriedades até 2002, uma lacuna que perdurou vários anos no setor elétrico, até a implementação do Programa Luz para Todos, em 2003.

2.2 Energia elétrica: política pública de desenvolvimento e inclusão social

A distribuição de renda no Brasil, durante décadas, foi marcada por profundas desigualdades sociais, consequência de um modelo econômico excludente, influenciado por políticas neoliberais. O início do Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, marca um novo cenário na política econômica, pautado por um desenvolvimento com inclusão social, que busca reverter esse quadro de desigualdade.

Um dos fatores da desigualdade é a exclusão elétrica, já que seu acesso está associado ao desenvolvimento econômico. De acordo com dados levantados pelo Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), aproximadamente dois milhões de domicílios rurais não tinham acesso ao serviço público de distribuição de energia elétrica. Verificou-se ainda que as famílias desassistidas estavam majoritariamente situadas nas regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹³, na área rural, e cerca de 90% delas tinham renda inferior a três salários mínimos e estavam abaixo da linha de pobreza (MME, 2010).

Na Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, África do Sul, em agosto de 2002, o governo brasileiro assume com o Aliança Global para a

¹³ O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH (Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2014).

Universalização da Energia (GVEP)¹⁴, o compromisso de promover a expansão de serviços de energia como mecanismo indutor de desenvolvimento sustentável (MME, 2005).

Levando em consideração o compromisso assumido com o GVEP e que o acesso à eletricidade está associado ao desenvolvimento socioeconômico de um país, o Governo Lula, em 2003, cria o Programa Luz para Todos (PLT), que possibilita o acesso à energia elétrica para milhões de brasileiros, que vivem à margem da sociedade pela ausência da energia, principalmente nas áreas rurais.

De acordo com o Banco Mundial (2010), o acesso à energia elétrica é um dos pilares das políticas de desenvolvimento humano, estimando-se que 1,3 bilhão de pessoas vivem sem energia no mundo e que a taxa de eletrificação nos países em desenvolvimento é de apenas 63,2%. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e por preço acessível à energia é também um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁵. De acordo com Oliveira (2001), dentre os serviços de infraestrutura, que inviabilizam o desenvolvimento econômico e o crescimento da renda nas áreas rurais é ausência de energia elétrica, que, como consequência, provoca a evasão destas regiões, impulsionando a concentração populacional nas regiões metropolitanas.

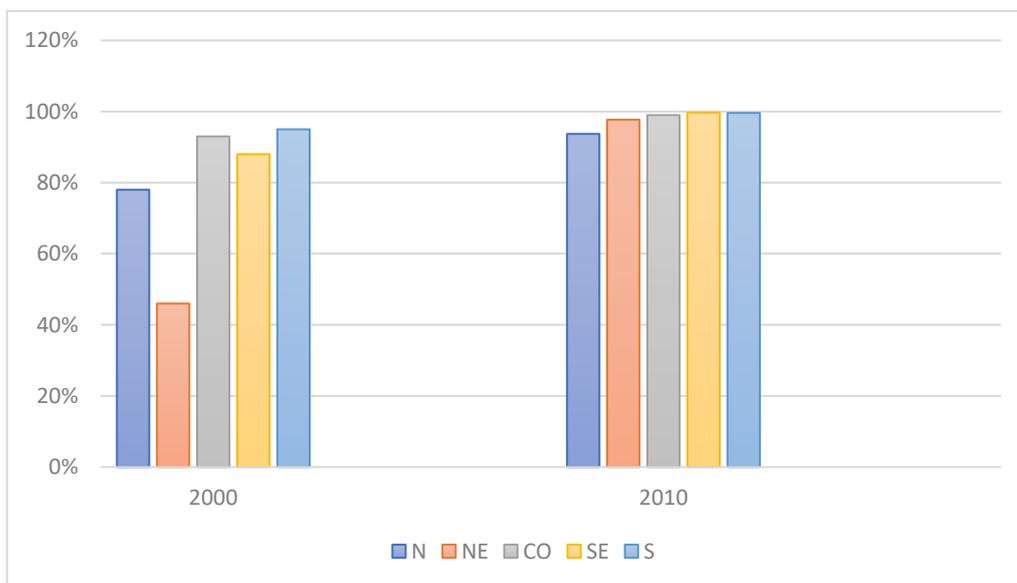
O mapa da exclusão elétrica no Brasil, apresentado pelo Ministério de Minas e Energia, considera que há uma relação direta entre o acesso à energia elétrica e às condições para o desenvolvimento humano, pois são exatamente os locais que apresentam um baixo índice de eletrificação, que apresentam também o mais baixo IDHM, ou seja, há uma relação entre renda, exclusão elétrica e fator geográfico (MME, 2005).

¹⁴ Uma aliança de vários países, na qual o Brasil é parte integrante, por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, universidades e centros de pesquisa.

¹⁵ Os ODS é um documento assinado por chefes de Estado e de Governo, com 17 objetivos e 169 metas, do qual o Brasil é signatário, durante a reunião da ONU, em outubro de 2015, em Nova York, que assumem o compromisso e buscam erradicar a miséria, combater as desigualdades e promover o desenvolvimento econômico sustentável (ONU, 2015).

Contextualizando a evolução na cobertura do serviço de acesso à energia, de 2000 a 2010, o Censo de 2010 do IBGE, apresenta dados demonstrando que foram contemplados neste período, em torno de 97,8% dos domicílios brasileiros, chegando a 99,1% nas áreas urbanas e 89,7% na área rural, desde a implantação do Luz para Todos. A figura 1 representa esse quadro, entre 2000 e 2010, quanto ao atendimento da energia elétrica nas regiões do Brasil (IBGE, 2010).

Figura 1: Índice de Eletrificação por Região (2000/2010)



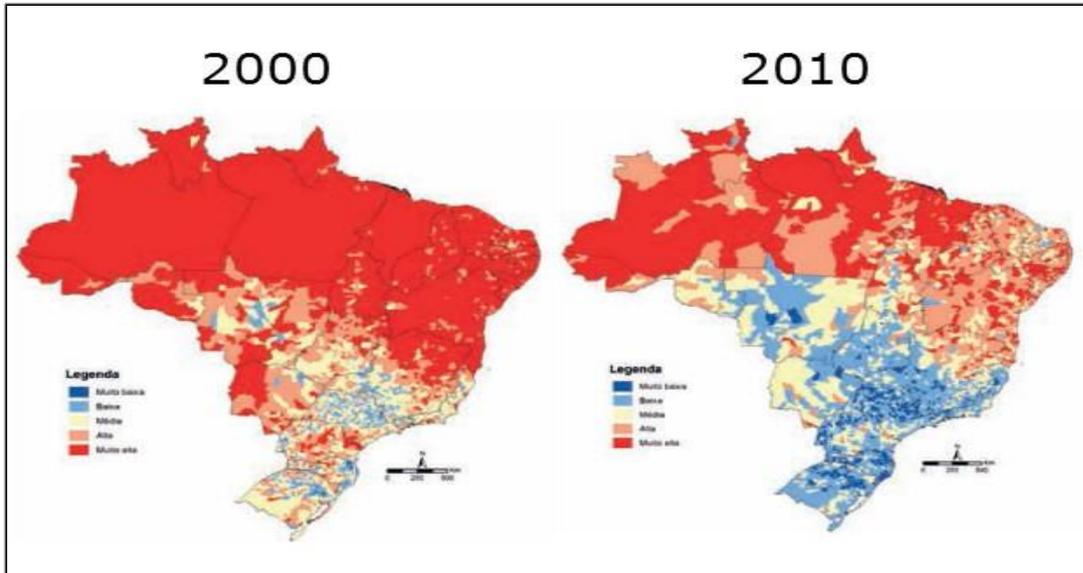
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000/2010).

A figura 1 apresenta a evolução da inclusão elétrica, entre os anos 2000 e 2010, na qual se percebe o avanço nas regiões Norte e Nordeste da energia elétrica, devido à contribuição do PLT, que torna uniforme essa política em todas as regiões do Brasil.

A exclusão elétrica apresenta um forte componente regional, que atinge mais o Norte e do Nordeste, estados com o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH que, segundo dados do Censo do IBGE de 2000, o atendimento da energia elétrica nessas regiões correspondia a 78% e 46%, respectivamente, enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, estava acima dos 90% (MME, 2005). Esse reflexo da heterogeneidade socioeconômica e desenvolvimento regional, será representado na figura 2, em que o índice de vulnerabilidade

social neste período demonstra a lógica dos fatores que influenciam nas condições de vida da população.

Figura 2: Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social (2000/2010)



Fonte: foto/reprodução, Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2010).

Ao observar a figura 2, em que o vermelho representa vulnerabilidade alta ou muito alta, percebe-se que ainda permanece um quadro de disparidade regional e mesmo nas regiões Norte e Nordeste, as mais beneficiadas com a chegada da energia, o déficit energético que perdurou durante décadas, ainda impacta as condições de vida da população.

Diante desse quadro, há evidências de que o acesso à energia elétrica, como uma política estruturante, contribui para o desenvolvimento socioeconômico, pois possibilita que outras políticas cheguem às comunidades, como educação, saúde, abastecimento de água e saneamento, ou seja, viabiliza a oferta de serviços básicos, que melhoram a qualidade de vida das pessoas. E nesse estudo pretende-se demonstrar o que significou o PLT, na vida das mulheres da comunidade de Nazaré, especialmente quanto à divisão sexual do trabalho.

2.3 O Programa Luz para Todos: estrutura e funcionamento

Como foi abordado anteriormente, várias foram as iniciativas para universalizar o acesso à energia elétrica no Brasil, e mesmo a Lei 10.438/2002¹⁶ e a Resolução da ANEEL¹⁷ 223/2003, tendo previsto e planejado a obrigação da universalização, foi somente com o Programa Luz para Todos (PLT), que houve o avanço expressivo da redução da exclusão elétrica no país.

O Programa Luz para Todos é um programa governamental, criado durante o Governo Lula, por meio do Decreto nº 4,873, de 11 de novembro de 2003, alterado pelo decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, com o objetivo de levar energia elétrica para a população rural. Essa política pública é coordenada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e operacionalizada pelas Centrais Elétricas do Brasil (ELETROBRÁS), por meio das empresas subsidiárias (CHESF, ELETROSUL, ELETRONORTE, FURNAS E CGTEE), e executada pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural (MME, 2013).

A Comissão Nacional de Universalização, coordenada pelo MME, estabelece as políticas e diretrizes para o uso da energia elétrica como vetor de desenvolvimento integrado no meio rural. A ELETROBRAS analisa e aprova os planos de obra das concessionárias e das cooperativas de eletrificação rural, assina os contratos financeiros, libera os recursos e inspeciona fisicamente as obras. O Comitê Gestor Nacional acompanha a realização orçamentária e a execução do Programa, e o Comitê Gestor Estadual define as prioridades, acompanha a execução das obras e o cumprimento das metas nos estados, que são executadas

¹⁶ Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica (ANEEL, 2003).

¹⁷ Estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia (ANEEL, 2003).

pelas concessionárias e permissionárias de energia e pelas cooperativas de eletrificação rural (MME, 2013).

A figura 3 apresenta o organograma do processo de implantação do PLT, em conformidade com as normas do MME.

Figura 3: Estrutura de Implementação do Programa



Fonte: Ministério de Minas e Energia (MME, 2004)

O Programa é financiado com recursos federais provenientes de fundos setoriais de energia, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)¹⁸ e a Reserva Global de Reversão (RGR) e dá prioridade a tecnologias de baixo custo, de forma complementar, com sistemas de geração descentralizada com rede isolada e sistemas individuais. O restante do investimento é partilhado entre governos estaduais e as empresas distribuidoras de energia elétrica e poderá ser fomentado por meio de integração com outras ações ministeriais, visando a uma política pública intersetorial.

¹⁸ A (CDE) é um encargo setorial que, dentre seus objetivos, promove a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; concede descontos tarifários a diversos usuários; custeia a geração de energia nos sistemas elétricos isolados; paga indenizações de concessões; garante a modicidade tarifária; promove a competitividade do carvão mineral nacional (ANEEL, 2003).

Os critérios estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia (2003), define como prioridade de atendimento às obras do PLT, projetos que contemplem pelo menos um dos itens descritos:

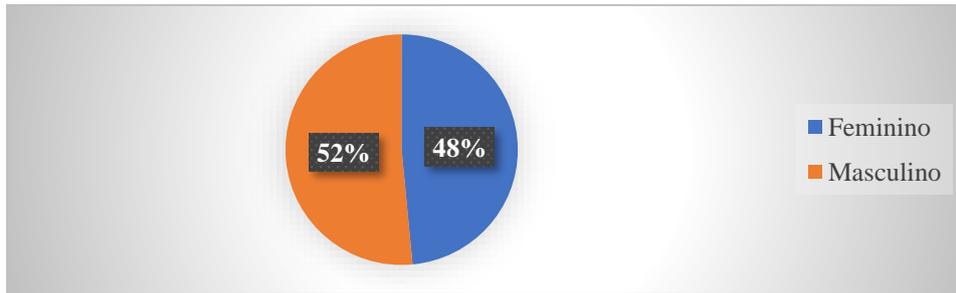
Projetos de eletrificação rural: em municípios com índice de atendimento a domicílios inferior a 85%; em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à média estadual; que atendam comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado; em escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água; assentamentos rurais; para o desenvolvimento da agricultura familiar ou de atividades de artesanato de base familiar; das populações do entorno de unidades de conservação ambiental; oriundos de demandas coletivas e projetos de eletrificação rural que contemplassem as comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco e outros grupos, que fomentasse o desenvolvimento sustentável e econômico desses povos e comunidades, excluídos historicamente do processo de construção do país (MME, 2003, p. 19;20).

O PLT usa a energia como indutor do desenvolvimento, alinhado às políticas de combate à pobreza. Entre 2003 e 2010, conseguiu atingir 89% das metas estabelecidas de eletrificação rural, tendo alcançado 68,7% do total de ligações realizadas na Região Nordeste e Norte, que corresponde respectivamente 92% e 77%, nas duas regiões (MME, 2010).

O Ministério de Minas e Energia (MME), em 2013, realizou uma pesquisa quantitativa domiciliar de avaliação da satisfação e de impacto do PLT, para avaliar os efeitos provocados pela eletrificação rural, nas famílias atendidas pelo Programa, relacionados ao impacto macroeconômico e às questões de gênero. A pesquisa concluiu que, em relação ao perfil dos beneficiados, 46,2% dos responsáveis pelos domicílios são trabalhadores rurais ou produtores rurais, seguido de aposentados, 15,6% e donas de casa, 14,5% (MME, 2013).

A figura 4, apresenta a formação familiar dos beneficiários do PLT, segundo sexo:

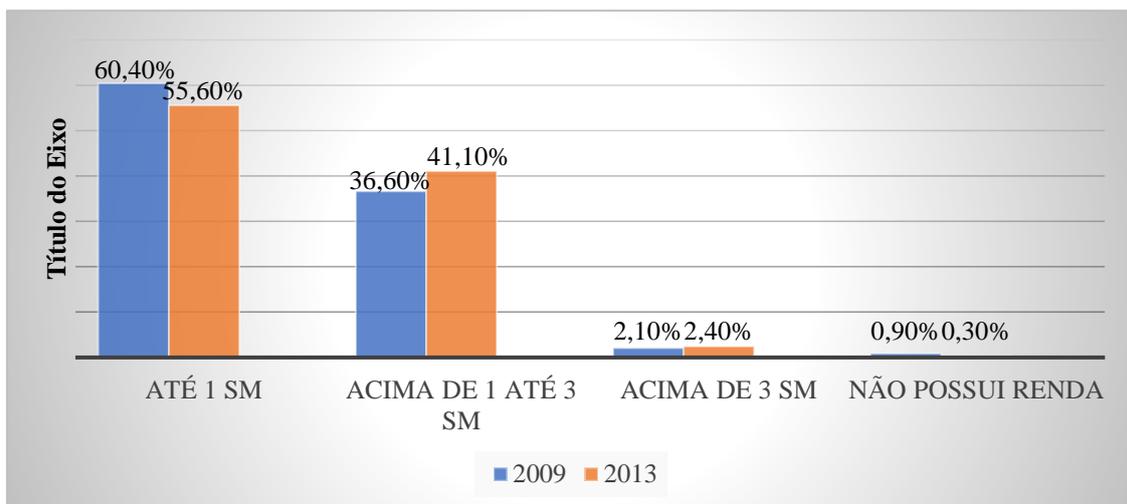
Figura 4: Formação Familiar dos Beneficiários do PLT



Fonte: Ministério das Minas e Energia, Programa Luz para Todos (MME, 2013).

Em relação à renda familiar, a pesquisa evidencia que cerca de 90% das famílias atendidas recebem até dois salários mínimos, e houve um decréscimo no percentual de famílias com renda inferior a um salário mínimo. A figura 5 apresenta esses dados:

Figura 5: Renda Familiar Média Mensal dos Beneficiários do PLT



Fonte: Ministério das Minas e Energia, Programa Luz para Todos (MME, 2013).

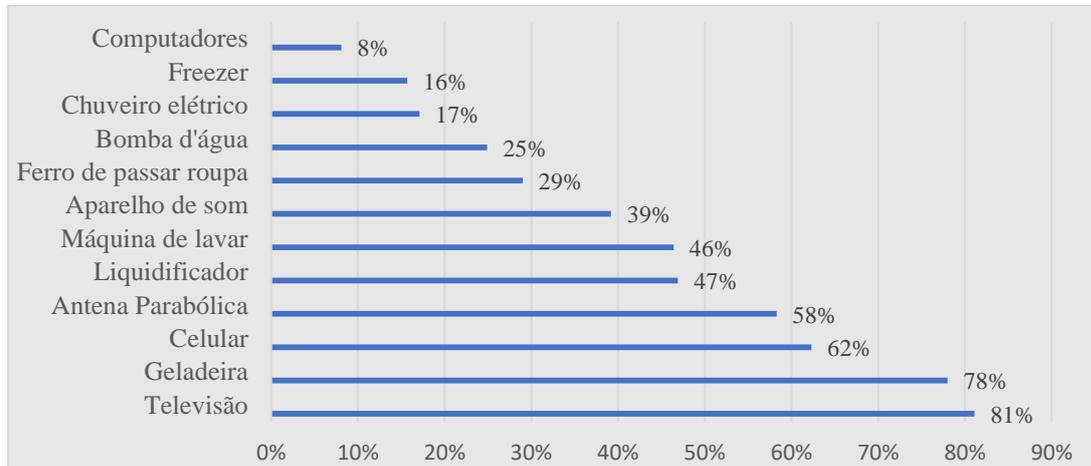
As informações do MME, em relação à renda familiar média mensal dos beneficiários do PLT, sinalizam que a energia elétrica impacta positivamente a renda dos beneficiários, evidenciando uma dinâmica maior na economia e consequentemente criando condições que podem contribuir para mudanças significativas na qualidade de vida da população, já que cria demandas produtivas de consumo e de oportunidades.

A pesquisa constata ainda que 93% dos entrevistados afirmaram que a energia elétrica foi responsável pela elevação da qualidade de vida e para 40,5%, por oportunidades de trabalho. A pesquisa mostrou que 81% adquiriram aparelhos de TV, 78% geladeiras, 62,3% são usuários

de telefones/celulares e 24% fazem uso da bomba d'água movida a eletricidade (MME, 2013).

A figura 6 apresenta a aquisição de eletrodomésticos pelos beneficiários do PLT.

Figura 6: Aquisição de Bens por Beneficiários do PLT



Fonte: Ministério das Minas e Energia, Programa Luz para Todos (MME, 2013).

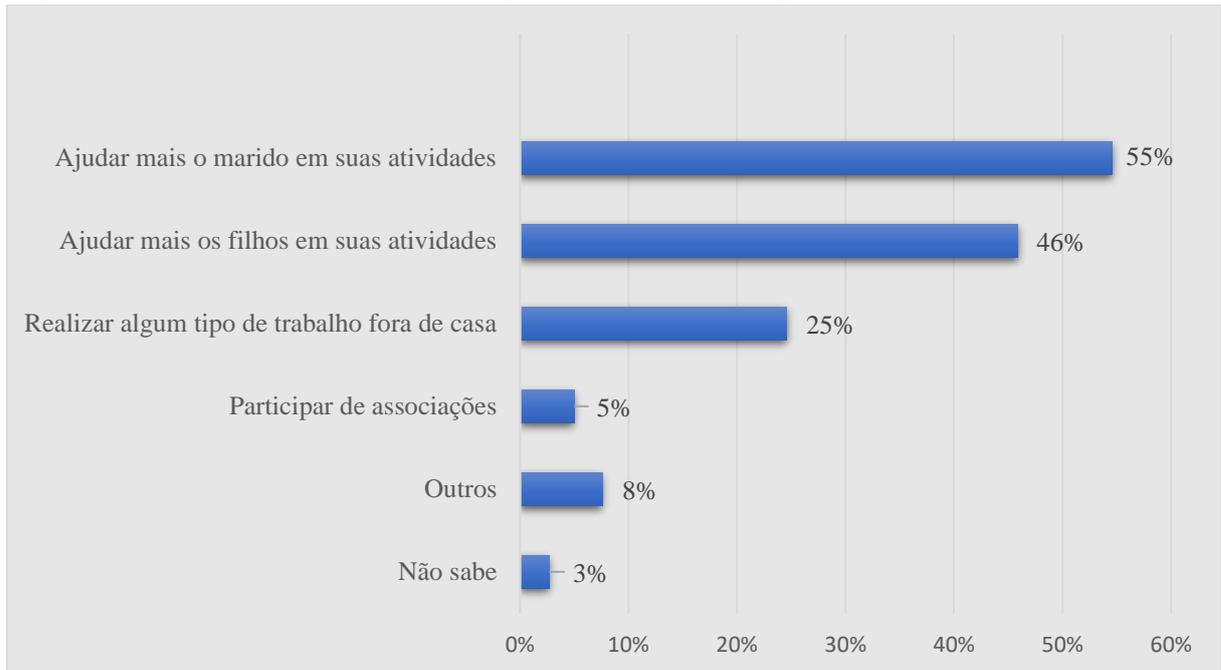
O acesso à energia elétrica permite aos beneficiários do PLT a aquisição de bens duráveis, ou seja, evidencia que a principal restrição para a utilização de eletrodomésticos é a ausência de energia. Os efeitos da eletricidade no acesso aos bens duráveis às famílias podem também simplificar as atividades domésticas e influenciar o uso do tempo, poupando mais tempo nas atividades domésticas.

Uma primeira resposta às questões investigadas dessa pesquisa se dá a partir desse levantamento documental que mostra o impacto da energia elétrica na vida das mulheres, na medida em que demonstra que 7,5% mulheres iniciaram alguma atividade produtiva e 9% começaram ou voltaram a estudar. Em relação à segurança 81,8% disseram ter aumentado e 79,2% delas disseram ficar mais tranquilas em casa, quando estão sozinhas (MME, 2013). Os aparelhos domésticos que mais ajudaram nas tarefas de casa foram a geladeira, 50,3%, e a máquina de lavar roupa, 32,2% (MME, 2013).

Segundo a pesquisa, 57,4% das mulheres passaram a dedicar mais tempo para outras atividades, além das domésticas. Contudo a figura 7 mostra ainda a força da divisão sexual do trabalho, na medida que há uma forte prevalência das atividades reprodutivas e de cuidadora, mas vale destacar o aumento na participação das atividades produtivas, mesmo que ainda sob

domínio da hierarquia de gênero, considerando ainda uma “ajuda ao marido”. É importante salientar que a forma como foi abordado o trabalho das mulheres na pesquisa, ou seja, quando se categoriza o termo “ajuda ao marido”, invisibiliza o trabalho delas, considerando que elas não dissociam o trabalho produtivo do reprodutivo.

Figura 7: Atividades das mulheres após o Acesso à Energia Elétrica.



Fonte: Ministério das Minas e Energia (MME), Programa Luz para Todos (MME, 2013).

Desta forma, o que a figura 7 demonstra é que as mulheres, após o acesso à energia elétrica, passaram a contribuir mais na esfera produtiva, no entanto, de forma secundária, considerando que estão mais como colaboradoras, nos trabalhos desenvolvidos pelo homem, o que agrava as demandas entre trabalho reprodutivo e cuidados com a família, pois intensificam também os afazeres domésticos e o trabalho com os cuidados.

2.4 Programa Luz para Todos: a Realidade de Novo Santo Antônio

O Piauí, segundo o censo demográfico de 2000 (IBGE, 2000), era um dos estados com maior índice de exclusão elétrica, ou seja, com um percentual de 75,94%, que se concentrava majoritariamente na zona rural. Em 2003, o Ministério de Minas e Energia escolheu cinco municípios do estado para a implantação das primeiras obras no país. Considerando que o acesso à energia elétrica é um dos pilares para a inclusão social e devido ao quadro de exclusão,

Novo Santo Antônio participou da primeira etapa da eletrificação rural no estado, contemplando os povoados Baixa da Roça, Santiago e Nazaré, beneficiando 177 famílias. A comunidade de Nazaré, foi uma das primeiras a ser atendida pelo Luz para Todos, que beneficiou 29 famílias e, segundo o Ministério de Minas e Energia:

O município, na época, apresentava um dos mais baixos índices de acesso à eletricidade no País: apenas 8% dos domicílios rurais estavam ligados à rede elétrica. A comunidade não conseguia avançar em direção à modernidade, e a falta de energia colaborava diretamente para essa realidade, pois não era possível utilizar máquinas na lavoura, ou instalar equipamentos modernos na escola local (MME, 2013, p. 16).

O município de Novo Santo Antônio, geograficamente pertencente ao Estado do Piauí, com uma população de 3.260 habitantes, tem indicadores socioeconômicos que comprovam uma profunda desigualdade. Segundo o censo demográfico (IBGE, 2010) 45,5% de sua população economicamente ativa recebem até um salário mínimo, e 44,6% das pessoas não têm acesso à educação ou possuem menos de um ano de estudo.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), evoluiu entre 2000 e 2010, de 0,246, para 0,528. Mesmo com esse avanço do IDHM, o município ainda está na faixa de baixo desenvolvimento humano, que compreende entre 0,500 e 0,599. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a longevidade, com índice de 0,702, seguida da renda, com 0,536, e da educação, com 0,392 (IBGE, 2010).

Segundo esses mesmos dados, a renda per capita média de Novo Santo Antônio cresceu 151,54, entre 2000 a 2010, ou seja, saiu de R\$ 73,02 para R\$ 224,54, enquanto a taxa média anual de crescimento foi de 11,89%, nesse mesmo período. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 84,41%, em 2000, e para 50,65%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesse

período pode ser descrita pelo Índice de Gini¹⁹, passou 0,46, em 2000, para 0,51, em 2010 (IPEA, 2013).

Em relação à população economicamente ativa acima dos 18 anos, houve um crescimento de 41,44% em 2000 para 66,17% em 2010, enquanto a taxa de desocupação passou de 2,09% para 7,13% no mesmo período, no entanto, percebe-se que houve um crescimento considerável nesse período na taxa de atividade da população (IPEA, 2013). A maioria da população, ou seja, 48,35% trabalham no setor agropecuário, seguido de 34,94% no setor de serviço, 2,98% no setor de construção, 2,46% no comércio, 1,54% na indústria de transformação, 0,96% nos setores de utilidade pública e 0,18% na indústria extrativa.

Os dados demonstram que a chegada da energia elétrica em Novo Santo Antônio foi parte integrante de uma nova ótica de desenvolvimento econômico, em que serviços públicos como energia e outros programas sociais podem melhorar os indicadores sociais e econômicos, e a condição de vida das pessoas, inclusive nos municípios com menos índices de desenvolvimento social.

Esse capítulo apresentou a evolução histórica da energia elétrica, a implantação do Programa Luz para Todos, como uma política pública de desenvolvimento e inclusão social, e como se deu o processo de execução do programa. Para com isso refletir sobre o lugar que as mulheres ocupam no Programa e quais os reflexos do programa no enfrentamento da divisão sexual do trabalho, que trataremos no capítulo a seguir.

¹⁹ É um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo e que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda (IPEA, 2004).

CAPÍTULO 3 O PROGRAMA LUZ PARA TODOS E O TRABALHO DAS MULHERES NA COMUNIDADE NAZARÉ

Esse capítulo fará considerações metodológicas sobre a pesquisa de campo desenvolvida pela autora e enfocará a relação entre energia elétrica e o trabalho das mulheres, apresentando situações referentes ao trabalho desenvolvido dentro e fora de casa e os reflexos na vida das mulheres após o acesso à energia elétrica. A questão da divisão sexual do trabalho e sua reprodução nas comunidades pesquisadas, os avanços e os limites da política pública.

3.1 Considerações metodológicas da pesquisa de campo

As narrativas que contribuíram para a construção dessa pesquisa foram colhidas a partir de entrevistas realizadas com as mulheres da comunidade Nazaré, em Novo Santo Antônio (PI), contempladas pelo Programa Luz para Todos, aleatoriamente, com visitas realizadas de casa em casa. Dentre as mulheres que foram procuradas para a realização da pesquisa, três se recusaram a contribuir, duas alegaram que, por receberem o bolsa família, não queriam participar e uma terceira não justificou a recusa. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionário, junto a cinco mulheres da comunidade, tendo como base, um roteiro de entrevistas criteriosamente produzido para a realização desse trabalho, a partir das questões e dos objetivos da pesquisa.

Na observação assistemática ou não estruturada, que consiste no conhecimento casual, a pesquisadora participou desde a implantação do PLT de várias reuniões na comunidade, entre os anos de 2003 e 2005, acompanhando a construção da casa de farinha, ação integrada coordenada pelo MME e a Companhia Energética do Piauí (CEPISA).

Quando da implantação do PLT, a comunidade Nazaré, segundo dados do MME (2013), era composta por 29 famílias, que não tinham acesso à energia elétrica. Quando da realização da pesquisa, não foi possível atualizar esses dados, mas as informações obtidas junto à comunidade, apontam que hoje moram em torno de 42 famílias na comunidade.

O Quadro 1 apresenta o perfil das entrevistadas, idade, estado civil, ocupação/renda, escolaridade, se tem filhos ou não e se estes ainda estão com a família na comunidade ou saíram.

Quadro 1. Perfil das Entrevistadas

Entrevistas/ Dados	Idade	Estado Civil	Filhos	Observação	Ocupação /Renda	Escolaridade
Entrevista 1	76	Casada	Sim	Filhos(3) trabalham em outro município	Aposentada INSS	Ensino fundamental
Entrevista 2	46	Casada	Sim	Filhos (2) estudam em outro município	Professora	Curso superior
Entrevista 3	39	Casada	Sim	Menor de 10 anos, mora com pais	Agricultora	Ensino fundamental
Entrevista 4	34	Casada	Sim	Adolescentes (2), moram com pais	Dona de casa	Ensino fundamental
Entrevista 5	66	Casada	Não		Aposentada INSS	Sem instrução

Fonte: Entrevistas transcritas pela pesquisadora/autora

Em relação à escolaridade, somente uma tem nível superior, as demais não completaram o ensino fundamental. A renda familiar média das famílias é de um salário mínimo e meio, quando incluídos os benefícios recebidos, como aposentadoria e bolsa família.

O Quadro 2 apresenta as datas e o tempo da realização das entrevistas, e a idade de cada uma das entrevistadas, sem a identificação nominal.

Quadro 2: Identificação das Entrevistas (Comunidade Nazaré, Novo Santo Antônio (PI))

Entrevistas	Data da entrevista	Idade	Tempo da gravação
Entrevista 1	26/10/17	76	13,38 minutos
Entrevista 2	26/10/17	46	7,34 minutos
Entrevista 3	24/02/18	39	8,35 minutos
Entrevista 4	24/02/18	34	6,48 minutos
Entrevista 5	24/02/18	66	8,35 minutos

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora/autora

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente e tiveram duração diferenciada, ou seja, entre seis minutos e quarenta e oito segundos e treze minutos e trinta e oito segundos, e ocorreram na residência das entrevistadas. Todas assinaram o termo de comprometimento e foram informadas de que não seriam divulgadas suas identidades, para preservar a lisura das informações e a privacidade das mesmas. As entrevistas foram realizadas numa conversa informal e antes da gravação houve conversas introdutórias de forma que as mulheres se sentiram mais à vontade para responder as perguntas.

3.2 A energia elétrica e a realidade das mulheres da comunidade Nazaré

A maioria das mulheres piauienses retira sua renda da agricultura familiar, algumas recebem aposentadoria rural e benefícios, como o Programa Bolsa Família. Trazendo para a realidade da comunidade Nazaré, o contexto em que as mulheres vivem não é muito diferente. Entre as entrevistadas, a renda familiar média está acima de um salário mínimo, e contribuem para esse percentual os benefícios recebidos pelo INSS. As entrevistadas 1 e 4 estão inseridas nesse contexto, enquanto as 3 e 5 recebem bolsa família, além de ajudarem o marido na roça. Dentre as entrevistadas somente uma não desenvolve atividade relacionada à agricultura, tem nível superior e é professora no município de Novo Santo Antônio.

O acesso à energia elétrica na comunidade Nazaré se deu a partir de 2003, com a implantação do Programa Luz para Todos. Com base na pesquisa de campo, foi possível perceber que melhorou a qualidade de vida das mulheres melhorou após a implantação do PLT. O aspecto mais relevante citado em todas as entrevistas, após a energia elétrica, foi o acesso à água encanada, que influenciou as atividades domésticas e a qualidade de vida das mulheres:

Não, não tinha nada de energia... tem até a revista...vieram aqui, fizeram umas perguntas, fomos lá no poço cacimbão...chamava motorzinho rabo quente, sabe, aí, através disto, foi feita essa revista²⁰.Ah, quando a gente ia nos rios, nos riachos pois não tinha água aqui, era meio dia. Agora é mais rápido (Entrevista 1).

²⁰ A Revista mencionada foi uma publicação do Ministério de Minas e Energia, sobre o Luz para Todos.

(...) ficou mais fácil para a criação dos animais, por conta da água, gente, que foi uma coisa assim, uma coisa boa demais, porque antes era puxada a motor, motor a diesel e hoje é a energia elétrica que puxa nossa água do poço, aí tem como dar água para os animais (Entrevista 2).

Porque a água, a gente ia botar na cabeça, porque não tinha água encanada em casa (Entrevista 3).

A vida aqui era muito cansada, o riacho que eu ia lavar roupa, sozinha eu e Deus, até onça tinha lá, era longa demais, a água eu trazia na lata, na cabeça, umas cacimbas que tinha, era assim, desse jeito (...) era longe demais, eu ia pegar água longe demais pra beber nessas épocas, na carga, às vezes a gente trazia, ia com o jumento lá no olho d'água da Ia, era longe demais, nós sofremos nesse tempo (Entrevista 4)

Antes da energia: era ruim antes da energia porque tinha que carregar água de longe, às vezes de bicicleta, de jumento e agora tem água encanada Antes era mais difícil, tinha que lavar roupa no rio Depois da energia, tem água, cavaram um poço, tem água encanada...trabalho menos agora, porque a roupa a gente ia lavar no rio e agora lava no tanque (Entrevista 5)

Há evidências também, quando a pergunta se refere às mudanças após o acesso à energia, da aquisição de eletrodomésticos, que antes não existiam na comunidade, e se tornam realidade com a chegada da energia:

Ganhei uma televisão agora quando completei 76 anos.... tô pegando até o movimento de Teresina. Máquina de lavar tem aqui, ferro elétrico, liquidificador, tem antena parabólica, aqui tem celular, computador, não. Aqui não pega internet...tem sinalzinho...minha neta quando fica aqui e acolá dá o sinal e ela fica pesquisando (...) a geladeira tem que ter aquele cuidado, quase a mesma coisa, pois quando a gente usava o pote tinha que limpar o pote também. Antes lavava roupa na mão, a gente ia nos rios, nos riachos, pois não tinha água aqui, agora com água aqui e a máquina de lavar, é mais rápido. Agora tem ferro elétrico, antes botava a brasa dentro do ferro e aí esquentava... (Entrevista 1)

Isso mudou demais a vida da gente, a geladeira, na questão da alimentação, da conservação. (...) e lavar roupa, tinha que lavar distante, lavar no rio, mudou demais a nossa vida, com a água encanada e o tanquinho (Entrevista 2).

Era ruim, mas ruim e não era porque a gente já era acostumada sem energia, mas tudo sem energia é tudo difícil, mas agora com energia tudo é mais fácil. Aqui tem Só um freezer e a televisão (Entrevista 3)

Olha, nesse tempo, o trabalho de casa era muito pesado, eu fiava, nesse tempo, eu pisava no pilão (hoje utiliza o liquidificador) o milho, tirava a massa, tudo isso eu

fazia, fiava e ainda mandava fazer minhas redinhas, aí hoje em dia eu já deixei (Entrevista 4).

O acesso aos eletrodomésticos sugere uma economia da mão de obra doméstica, possibilitando o desenvolvimento de outras atividades que, segundo as respostas das entrevistadas sugere que os aparelhos domésticos facilitam e diminuem o uso de tempo, dando mais celeridade às atividades desenvolvidas. Essa alteração no cotidiano das mulheres com a chegada da energia sugere também um impacto significativo na participação delas na renda familiar, mesmo não sendo observado por elas, com clareza, seu reconhecimento social.

Em relação ao trabalho doméstico, todas afirmaram que realizam tarefas de casa, mesmo as que desenvolvem atividades fora do domicílio. Nos afazeres domésticos estão incluídos limpar a casa, fazer a comida, aguar as plantas, como se percebe nas respostas das entrevistadas:

Além de cozinhar, limpar, às vezes vou ali, tem um canteiro, pela manhã, outra coisa quase eu não faço mesmo, nessa idade fica difícil (Entrevista 1).

É assim, eu que gosto mais de cozinhar, lavar louça (Entrevista 2).

[...] aí a gente vai de 7 as 11h, de 1 às 5h ora roça. Muié quando dá seis horas já estou acordada, já começo a trabalhar, ajeito as coisas de casa, quando saio já deixo tudo preparado e quando chego às 11h, faço o almoço (Entrevista 3)

Acordo às 6h faço o café, limpo a casa, faço o almoço, mais tarde faço a janta, às vezes eu vou semear uns legumes, às vezes arranco um pé de mato, por ali, eu sou da roça mesmo, graças a Deus tenho muita saúde, eu e ele (Entrevista 4).

Agora me aposentei, Deus já me deu o que comer, (...) levanto 5 da manhã, aí vou fazer o café, aí faço a merenda, aí vou varrer a casa, limpar as coisas, quando tem água aqui, aí lavo roupa aqui, agora quando o homem não enche a caixa d'água, tô mesmo com a roupa arrumada pra ir pro riacho, é desse jeito, toda vida (Entrevista 5).

Observa-se que o trabalho doméstico ocupa a maior parte do tempo das mulheres, mesmo as que trabalham fora se ocupam das tarefas da casa e não consideram a valorização do trabalho da casa, que são inerentes ao próprio cotidiano.

Observa-se também que não há percepção ao trabalho do cuidado, já que mesmo as mulheres com crianças não mencionam em nenhum momento a responsabilidade pela criação dos filhos, uma realidade historicamente criada e interpretada como inerente à natureza feminina.

Quando perguntado quem era responsável pelo trabalho de casa ou se o marido contribuiu na realização das tarefas domésticas, a percepção das mulheres passa pela “ajuda” e não pela divisão das tarefas, o mesmo se dá quando se pergunta quem trabalha mais. Isso evidencia os princípios da divisão sexual do trabalho, da separação e da hierarquia, na medida em que o trabalho dos homens são reconhecidos pelas mulheres como mais importante e, portanto, com maior valor:

Faço o trabalho de casa, junto com meu esposo, até trago ele mais pra me ajudar, ele não fazia isso antes, (antes da energia), hoje ele já me ajuda, mas ele tem que cuidar dos animais (Entrevista 2)

Trabalho seis horas dentro de casa, eu saio para trabalhar, e fora de casa, eu fico cinco porque eu vou de ônibus. Acho que trabalha os dois quase junto, daí porque ele cuida da agricultura e aí dá muito trabalho.... plantar, tem tempo que é muito mais o serviço dele. Ele é vaqueiro também, monta no cavalo procurando os animais (Entrevista 2)

Meu marido, ele ajuda a preparar o café, a lavar louça, desde o começo do casamento ele ajuda, mas quem toma conta de casa sou eu. (Entrevista 3)

Meu marido trabalha mais (...) na roça tem mais esforço (Entrevista 3)

Aqui dentro de casa ele não ajuda nada não, ele trabalha na roça. Eu digo que trabalho mais do que ele, porque o homem vai pra roça e quando chega, vai almoçar e vai se aquietar e eu vou lavar as louças, fazer café, aí a gente diz, o homem trabalha mais pouco, pois quando deixa de almoçar, vai é deitar (Entrevista 4)

Às vezes eu trabalho em casa de família (...) quando eu não estou trabalhando até meio dia, ele limpa a casa, quando as meninas estão pra Teresina, quando chego está tudo pronto (...) quando eu não estou trabalhando, só eu que faço com as meninas (Entrevista 5).

Ele que trabalha mais (Entrevista 5)

A contribuição dos homens nas tarefas domésticas, legitima ainda a forma tradicional da organização familiar, em que as mulheres continuam como as maiores responsáveis dos trabalhos domésticos, que contribuem com a divisão sexual do trabalho. As mulheres naturalizam a “ajuda” no trabalho doméstico e não há uma percepção clara do tempo do trabalho delas em relação ao do marido, inclusive, para elas o trabalho do homem é mais intenso, devido ao tipo, às atividades desenvolvidas por eles, ou seja, nas falas, se identificam as oportunidades diferenciadas e se observa que não há a percepção da discriminação de gênero, quando se

pergunta quem trabalha mais, a resposta sempre tem o homem como foco, mesmo a mulher desenvolvendo as atividades de casa e ajudando na roça.

Há evidências de que as beneficiadas pelo PLT, na comunidade Nazaré, reconhecem as melhorias no cotidiano e seus benefícios, após o acesso à energia elétrica e sua influência nas atividades domésticas.

3.3 A energia elétrica e a divisão sexual do trabalho

A supervalorização do trabalho produtivo em relação ao reprodutivo acentua as desigualdades entre homens e mulheres, contribuindo no âmbito doméstico para as desigualdades baseadas no sexo. Para perceber essas desigualdades, faz-se necessária a compreensão da divisão sexual do trabalho e suas implicações nas atividades laborais realizadas por homens e mulheres, considerando que elas são fruto de um condicionamento social. Hirata e Kergoat (2007) consideram que não basta apenas denunciar as desigualdades entre homens e mulheres, mas também desconstruir a noção básica do trabalho e tratar as atividades domésticas articuladas com a produção.

O acesso à energia elétrica, em relação aos aspectos relacionados à situação das desigualdades das mulheres, ainda privilegia o homem no espaço produtivo e as mulheres nas atividades domésticas e mantém as desigualdades de gênero.

A pesquisa realizada na comunidade Nazaré evidencia que, após a implantação do Programa Luz para Todos, as mulheres conseguem melhorar a conciliação entre o trabalho doméstico, os cuidados com a família e a agricultura, porém naturalizam as desigualdades como se fosse parte de seu cotidiano.

3.4 Avanços e limites da política pública

O PLT é uma política de governo que leva em consideração a exclusão elétrica nas regiões rurais do país, tem a energia elétrica como um dos pilares do desenvolvimento social e econômico e pode contribuir para a inclusão social, possibilitando o acesso a outras políticas sociais, como a geração de oportunidades de emprego e renda e a promoção à cidadania da

população rural, contribuindo para diminuição da pobreza e aumento da renda. Assim, ela precisa promover transformações mais estruturantes que possam contribuir de forma efetiva para responder às desigualdades entre homens e mulheres.

Em Nazaré pouco se percebe o uso produtivo da energia e o acesso às políticas sociais que poderiam contribuir para o desenvolvimento da comunidade, possibilitando outras atividades que pudessem melhorar a renda e a emancipação das mulheres, como se propõe o Programa na sua concepção.

Possibilitar que as políticas públicas possam de fato transformar as relações de desigualdades de gênero, principalmente quanto às mulheres, significa que se analisem outras desigualdades que se expressam historicamente, como as condições de vida e o acesso ao trabalho remunerado, que afetam principalmente as mulheres rurais e aprofundam as desigualdades sociais e de gênero. Ou seja, a invisibilidade e o não reconhecimento do trabalho das mulheres rurais contribuem para a exclusão de um conjunto de direitos e políticas.

As mulheres beneficiadas pelo PLT, na comunidade Nazaré, tiveram acesso a bens como os eletrodomésticos, que possibilitaram mais qualidade de vida, considerando que os equipamentos elétricos contribuíram para diminuir o tempo gasto nas tarefas domésticas, oportunizando mais tempo livre para a realização de outras atividades. No entanto, apesar da aquisição aos bens, o Programa não avançou em políticas que pudessem contribuir efetivamente para a emancipação das mulheres, com respeito aos avanços da divisão do trabalho e da presença das mulheres no mercado de trabalho, já que estavam voltados principalmente para o labor doméstico.

Uma das questões a ser pontuada passa pela invisibilidade do trabalho doméstico e pela falta de oportunidade de ser as mulheres incluídas nos processos produtivos, considerando que outras políticas não ficaram visíveis, no sentido de que elas pudessem desenvolver outras atividades fora do espaço doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que orientou a dissertação utilizou-se da análise de indicadores e outros dados secundários, conjugada com entrevistas semiestruturadas, com foco no trabalho das mulheres de Nazaré, em Novo Santo Antônio (PI), com vistas a analisar as desigualdades entre homens e mulheres com a implantação do Programa Luz para Todos.

Embora o Programa Luz para Todos tenha contemplado milhões de pessoas, e tenha contribuído para que homens e mulheres pudessem melhorar as condições de vida no campo, no entanto, pouco influenciou para transformar as relações de trabalho e gênero. Ou seja, compreendendo que a lógica do Programa Luz para Todos, como política estruturante, está inserido num contexto mais amplo, que visa contribuir com a qualidade de vida da população rural, possibilitando o acesso a outras políticas sociais, que possam reduzir a pobreza e contribuir para a autonomia econômica e financeira da população rural, observa-se que, no campo pesquisado, as políticas públicas não conseguiram corrigir, de fato, as desigualdades entre homens e mulheres, prevalecendo ainda as desigualdades e seus efeitos nas relações de gênero.

É importante salientar ainda que, as análises dos dados coletados, permitiram traçar uma relação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, a qual se observa que o trabalho realizado pelas mulheres permanece inalterado, pois mesmo trabalhando em outras frentes de produção, ainda continuam responsáveis pelo trabalho doméstico, ou seja, o acesso à energia permitiu a aquisição de bens, que facilitaram o modo de realizar os afazeres domésticos, tornando-os mais dinâmicos e menos cansativos, mas insuficiente em frente às grandes demandas e desigualdades existentes.

Neste sentido, a avaliação sobre os impactos que de fato poderão modificar essas relações de desigualdades precisa de uma correção nas políticas públicas, que possam efetivamente impulsionar mudanças culturais e de uma construção social, possibilitando a equidade entre os gêneros e os avanços na divisão sexual do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. 327p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/pt-br.php>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ABRAMO, L. Introdução. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília, 2010. p. 17-47. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade_genero_262.pdf. . Acesso em: 20 nov. 2017

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). In **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Tradução: Paula, Carol de. São Paulo, Boitempo, 2016.

BACELAR, T. As políticas públicas no brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. (Org.). **Políticas Públicas e Gestão**. Rio de Janeiro: FASE, 2003. p. 1- 10, 2003. Disponível em: file:///C:/Users/P/Downloads/Texto1_politicas_publicas_no_br_TaniaBacelar.pdf. Acesso em: 5 mar. 2018.

BANDEIRA, L. A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: **Relatório final do projeto: governabilidad democrática de género en américa latina y el caribe**. Brasília: CEPAL/SPM, 2004. Disponível em: http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/integra_transversalidade_genero. . Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <https://www.bme.ibge.gov.br/app/adhoc/index.jsp>. Acesso em 06 nov. 2017.

_____. Agência Nacional de Energia Elétrica. ANEEL. 2003. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br>. Acesso em: 06 nov. 2017.

_____. MME. **Programa luz para todos. Um marco histórico: 10 milhões de brasileiros saíram da escuridão**, 2013. Disponível em: https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp. Acesso em: 26 nov. 2017.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Manual de Operacionalização do PLT**, 2009. p. 5. Disponível em: www.mme.gov.br. Acesso em: 06 nov. 2017.

_____. IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros** / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 06 nov. 2017

_____. IPEA. **Índice Gini**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em 04/04/2018.

_____. **Programa Luz para Todos**. Disponível em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>. Acesso em novembro de 2016.

_____. MME – Ministério de Minas e Energia, 2016. Disponível em: www.mme.gov.br/. Acesso em: 26 nov. 2016.

_____. MME. Programa luz para todos. **Um marco histórico: 10 milhões de brasileiros saíram da escuridão**, 2013. Disponível em: [<https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp.>](https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp.>) Acesso em: 26 nov. 2016.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD**. Brasil. 2010

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <https://www.bme.ibge.gov.br/app/adhoc/index.jsp>. Acesso em: 06 nov. 2017.

_____. ELETROBRÁS. Centrais Elétricas do Brasil. **Plano decenal de expansão 2003/2012**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: www.eletronbras.gov.br. Acesso em: 15 nov. 2017.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **A hora da igualdade: brechas para fechar, caminhos por abrir**. Trigesimo terceiro período de sessões da CEPAL. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/2973-hora-igualdade-brechas-fechar-caminhos-abrir-trigesimo-terceiro-periodo-sessoes>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Que tipo de Estado? Que tipo de sociedade?** XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Brasília, 2010. Disponível em : https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/16657/1/S1000330_pt.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Energia e pobreza:** problemas de desenvolvimento energético e grupos sociais marginais em áreas rurais e urbanas do Brasil. Santiago do Chile: Publicação das Nações Unidas, 2003. Disponível em : file:///C:/Users/P/Documents/Arquivos%20open%20driver/Novembro%202017/Energia%20CEPAL_pt.pdf. Acesso em: 15 nov. 2017.

CORREIA, J. et al. **A universalização do serviço de energia elétrica.** UNIFACS/Winrock International Brasil/USAID, 2002. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/.../Universalizacao_rev_SKF_final_13fev.pdf. Acesso em: 15 nov. 2017.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47, jan. 2004. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004>. Acesso em: 17 mar. 2018.

GUSMÃO, Marcos Vinícius et al. **O programa de eletrificação rural Luz no Campo:** resultados iniciais. In: **4th Encontro de Energia no Meio Rural**, 2002.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. In: **Revista Estudos Feministas** IFCS/UFRJ, CFH/UFSC. 1999, vol. 7, pp. 93-100.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos Pagu**, p.139-156, 2001/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n178/n17a06.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016

_____. **Mudanças e desenvolvimento nas desigualdades de gênero:** divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. Análise 7/2015, Friedrich Ebert Stiftung, Brasil., 2015. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf> . Acesso em: fev. 2016

_____. **Nova Divisão Sexual do Trabalho:** um olhar voltado para a empresa e sociedade. Tradução: BRANT, Wanda Caldeira. São Paulo, Boitempo, 2002.

IICA. INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
Universalização de acesso e uso da energia elétrica no meio rural brasileiro: ligações do Programa Luz para Todos. IICA, Brasil, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec / Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

OLIVEIRA, L.C. **Perspectivas para a eletrificação rural no novo cenário econômico-institucional do setor elétrico brasileiro**, Dissertação, COPPE/URFJ, Rio de Janeiro, Brasil, 2001. Disponível em:
<file:///C:/Users/P/Documents/PROJETO%20REVIS%C3%83O%20FINAL/perpectivas%20setor%20el%C3%A9trico%20Oliveira.pdf>. Acesso em 15 nov. 2017.

PEREIRA, O.L.S..**Eletrificação rural, energia e desenvolvimento sustentável.**IE/UFRJ, Eletrobrás, MME/DNDE. Rio de Janeiro, 1998.

PRINCE, E. Garcia. **Políticas de Igualdad, Equidad y Gender Mainstraming.** De qué estamos hablando: marco conceitual. 2008. Disponível em:
http://www.americalatinalgenera.org/es/documentos/doc_732_Politicadeigualdad23junio08.pdf. Acesso em: 26 nov. 2017.

PINHEIRO, M. B.; OGANDO, A. N. Os impactos dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres nas políticas públicas no Brasil. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/viewFile/27310/pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PISCITELLI et al. **Gênero:** a história de um conceito. In: PISCITELLI et al. **Diferenças, igualdade.** ALMEIDA, H. B. de.; SZWAKO, J. E (orgs.). São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-148.

SADER, Emir (Org). A construção da hegemonia neoliberal. In: COSTA, Ana Maria, et al.**10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** Emir Sader (org.). São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 135-145.

SALISBURY, Robert H. The Analysis of Public Policy: a Search for Theories and Roles. (1995, p. 34) In: FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47, jan. 2004. ISSN 1806-9584.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O. e BRUSCHINI, C. (orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215

SOARES, V. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. Secretaria do Governo Municipal, 2004. p. 113-126. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2018.

SCOTT, Joan W.. **Gênero**: uma categoria útil de análise. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol 20, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2017.

_____. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 13(1):216, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002>. Acesso em: 5 mar. 2017.

SORJ, B. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: GODINHO et al. **Trabalho doméstico e de cuidados**: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. SILVEIRA, M. L.; TITO, N. (Orgs.). São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/07/TRABALHO-DOM%20C%89STICO-E-DE-CUIDADOS-2008.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. Secretaria do Governo Municipal, 2004. p. 65-75. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2018.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA et al (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo. Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

VIANA, F. G., **Luz no campo e luz para todos**: duas experiências em busca da plena universalização dos serviços de energia elétrica no Brasil. PCH Notícias & SPH News, ano 9, n. 34, p. 12-18, jun/jul/ago. 2007. (Artigo Técnico). Disponível em: <http://cerpch.unifei.edu.br/wp-content/uploads/revistas/revista-34.pdf#page=12> . Acesso em: 06 nov. 2017

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- 1) Nome
- 2) Idade
- 3) Estado civil
- 4) Quantas pessoas moram nesse domicílio?
- 5) Qual o seu nível de escolaridade (você estudou até que ano?)
- 6) Qual a renda familiar?
- 7) Você recebe algum benefício garantido por lei?
- 8) Quando a energia chegou na comunidade? Qual as principais mudanças que houveram com a chegada da energia?
- 9) Que eletrodomésticos foram adquiridos após a chegada da energia? Depois que você começou a utilizar os eletrodomésticos, aumentou ou diminuiu o trabalho em casa?
- 10) De que forma a energia contribuiu para o trabalho de casa/doméstico?
- 11) Qual a sua rotina de trabalho dentro de casa?
- 12) Quem realiza o trabalho de casa? A mulher? O homem? Os dois?
- 13) Quem trabalha mais, quando junta o trabalho de casa e fora de casa? A mulher? O homem?
- 14) Quais as contribuições que a energia trouxe para a comunidade? Econômicos? Sociais? Ou seja, a energia contribuiu para o desenvolvimento local? Como? Quais as iniciativas empreendidas?

ANEXO B - TERMO DE COMPROMETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa sobre o Programa Luz para Todos, desenvolvida(o) por Zenaide Batista Lustosa Neta, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone (86) 99432333 ou (61) 992178080 ou no e-mail zenaidelustosa13013@gmail.com. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Clarisse Goulart.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo que, em linhas gerais, vai pesquisar se o PLT contribuiu para a melhoria, autonomia e divisão sexual do trabalho doméstico das mulheres beneficiadas pelo referido programa.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas serão anônimas e não terei meu nome divulgado.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora. Fui ainda informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de consentimento livre e esclarecido.

Novo Santo Antônio, ____ de _____ de _____

Assinatura da participante

Assinatura da (o) testemunha

Assinatura da pesquisadora